

# POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

BOLETIM DO LEVANTAMENTO / CEDI

ESPECIAL OUT. /84

O INDIGENISMO, O MOVIMENTO INDÍGENA E A  
CONJUNTURA POLÍTICA: QUESTÕES PARA DEBATE.

KARDEX	( )
IR GEM	(✓)
X-ROX	( )
PREPARAÇÃO	( )

No momento em que organizações não-governamentais de apoio ao índio, associações profissionais, indigenistas autênticos, lideranças indígenas e parlamentares de oposição estão fazendo planos de ação, na esperança de uma mudança próxima de conjuntura política no país, pareceu-nos oportuno sugerir alguns pontos de discussão e reflexão, como contribuição aos debates em curso.

O espectro de questões é bastante amplo e, para várias delas, certamente, não há respostas imediatas, nem consenso fácil. Mas julgamos que o momento é propício aos debates e avaliações, por parte daqueles interessados na garantia dos direitos permanentes dos povos indígenas no Brasil.

Após vários anos de lutas marcadas pelos contornos da "resistência democrática", sob o peso da herança "salvacionista" do indigenismo, as possibilidades de se passar para uma nova conjuntura política, de "transição por cima", com o alargamento dos espaços de participação e de formulação de propostas de mudança (de baixo), exigem de nós reflexões de emergência e de fundo sobre várias questões, impasses e formas de luta.

As necessidades dos atores em cena darem respostas imediatas a certas possibilidades de intervenção política concreta determinarão, em parte, uma priorização das questões apresentadas a seguir. O que não for possível discutir agora, poderá ser redimensionado ou preparado para mais adiante. Talvez existam outras questões urgentes, ou de fundo, que não foram mencionadas aqui.

Da nossa parte, o BOLETIM estará aberto às reações, comentários, pequenos artigos e sugestões dos colaboradores de POVOS INDÍGENAS NO BRASIL a respeito das questões propostas ou afins. Procuraremos divulgar, na rapidez possível e na velocidade do debate, as contribuições que nos chegarem, nos próximos números.

\* \* \* \*

AVISO AOS COLABORADORES DO VOLUME SUDESTE DO PARÁ: estamos fechando, pra valer!

## 1. Demarcação das terras indígenas

Trata-se da mais importante bandeira de luta de dezenas de comunidades indígenas e de setores que apoiam a luta dos povos indígenas por direitos permanentes. No entanto, os progressos efetivos nesse campo, desde o famoso compromisso de 5 anos estabelecido pelo Estatuto do Índio, têm sido mínguaos: seja no que diz respeito à regularização burocrática das terras, seja com relação à demarcação física ou, sobretudo, às possibilidades de se garantir a integridade dos territórios já definidos.

A Funai está esvaziada politicamente e, conseqüentemente, financeiramente. As decisões a respeito das demarcações foram alçadas à esfera da "segurança nacional", da qual índios não participam mas, até a Associação dos Empresários da Amazônia pretende ter assento.

- Então: (a) Qual o quadro da situação jurídica das terras indígenas, hoje?
- (b) Qual o quadro da situação real das terras?
- (c) Qual tem sido o papel da Funai (DPI) com relação às demarcações?
- (d) Qual tem sido a conduta e os critérios do chamado "grupo interministerial"?
- (e) O que se pensa do atual ordenamento burocrático que define a regularização das terras indígenas? Quais as possibilidades de alterações das regras vigentes?
- (f) Como definir um plano de demarcações (a nível burocrático e a nível físico)? Isto é: estabelecer critérios para prioridades, custos operacionais, fontes de recursos e apoio técnico.
- (g) Não seria importante definir um plano de cooperação com o IBDF (a nível conceitual e operacional)? Como?
- (h) Quais as possibilidades dos governos estaduais contribuírem nos processos de demarcação?
- (i) Como apoiar as iniciativas indígenas por demarcações?

## 2. As mineradoras e as áreas indígenas

Trata-se de questão extremamente importante, que vai permanecer em pauta especialmente pela pressão de empresas estatais e privadas interessadas imediatamente nas riquezas do sub-solo indígena, especialmente no Pará, em Roraima e em Rondônia.

É fato que, nesse momento, ao "apagar das luzes" do atual governo, o quadro de pressões é bastante confuso. Mas parece eviden-

te, a médio prazo, que setores da burocracia estatal aliados a interesses do grande capital privado estão forçando uma regulamentação do decreto nº 88.985, como uma das condições para efetivar investimentos nas atividades de lavra mecanizada. E essa pressão vai continuar.

Mas há outros aspectos no recente processo de discussão de uma minuta de portaria DNPM/Funai, patrocinada pela presidência da Funai no final de agosto e início de setembro, e algumas conclusões podem ser tiradas: (1º) há setores dentro desses órgãos federais interessados na regulamentação prioritariamente como forma de ampliar sua fontes de poder; (2º) há na Funai, indigenistas autênticos que, em nome de um realismo político, estariam interessados em regulamentar ou alterar o decreto da maneira mais favorável possível aos interesses indígenas; e (3º) a posição das organizações não-governamentais de apoio ao índio, associações profissionais afins, apostando na possibilidade política de sustar as pressões anti-indígenas do momento e adiar a questão para daqui 20 anos ou, pelo menos, até que haja uma correlação de forças políticas a nível nacional mais favorável à expressão dos interesses indígenas. Para (não) variar, os tais "interesses indígenas", nessa questão, são dificilmente aferíveis.

- Então: (a) Qual o quadro atual das pretensões empresariais com relação ao sub-solo indígena?
- (b) Qual o quadro de fato das atividades de mineração incidentes em áreas indígenas?
- (c) Quais as pretensões indígenas a respeito do sub-solo?
- (d) Enquanto a regulamentação do decreto 88.985 não tem solução, qual o quadro de acordos bi-laterais Funai-terceiros para a pesquisa e/ou exploração do sub-solo em áreas indígenas? Como lidar com os convênios em andamento ou em pauta?
- (e) Qual a relação da atual legislação sobre mineração em áreas indígenas com o Código de Mineração e, sobretudo, com os esforços dos setores da sociedade civil empenhados na sua revisão?

### 3. A FUNAI como agência indigenista

Todos parecem estar de acordo que a Funai está esvaziada politicamente, pelo atual ordenamento burocrático estatal, além do seus defeitos congênitos. Mas quais as alternativas de curto, médio e longo prazo em pauta? Há uma proposta de "reformulação" da Funai feita pelo Gabinete Juruna em 83. Há anos que figuras do indigenismo e organizações não-governamentais de apoio manifestam o desejo de que um órgão federal de proteção aos índios fosse vinculado diretamente à presidência da República. Mas como? Seria a própria Funai, ou um novo órgão? O Deputado J. B. Fagundes (PDS-RR) está defendendo a vinculação da Funai ao Conselho de Segurança Nacional. O candidato à presidência da República pela Aliança Democrática, sr. Tancredo Neves, andou falando da transferência do órgão (juntamente com o Projeto Rondon) para o MEC, enquanto seu opositor, deputado Paulo Maluf, acenou até com a criação de um Ministério do Índio.

Mas é bom lembrar que os setores do atual Regime vinculados aos órgãos de segurança nacional subtraíram à competência da Funai a crucial questão das terras, vinculando-a ao MEAF. Da massa quase falida que restou, a Funai está imersa numa crise crônica de recursos, de pessoal, de linhas de trabalho, de comando. Uma novidade recente é a co-participação de índios profissionalizados (sobretudo a nível regional e nacional) na gestão dessa crise.

Então: (a) Como fazer uma radiografia (administrativa, financeira e política) da Funai?

(b) Não seria importante fazer um mapa das diferentes propostas (e prioridades) em pauta sobre a (ou a) agência governamental de proteção aos índios?

(c) Diante da radiografia atual da Funai e da sua provável manutenção como agência de proteção nos próximos anos: que solução dar ao ordenamento administrativo interno? E para os chamados "projetos de desenvolvimento comunitário"? E quanto à produção e gestão da chamada "renda indígena"? Deveria haver uma revisão da política de convênios de assistência com agências missionárias? Deveria ser retomada uma política de recrutamento, formação e reciclagem de quadros indigenistas? Como? E especificamente com relação aos programas de saúde e de educação? Como tratar a documentação e a divulgação do órgão público?

(d) Deveria haver uma participação mais direta de índios e organizações não-governamentais e associações profissionais no controle da Funai? Como?

### 4. A luta no Congresso Nacional

A eleição de Mário Juruna como deputado Federal em 82 popularizou a questão indígena e terminou de abrir um espaço permanente para o assunto a nível parlamentar, para o qual concorreram uma série de outras ações promovidas ou incentivadas por organizações não-governamentais de apoio (campanhas, concentrações, atos públicos), sobretudo a partir de 78.

Não somente a ação do gabinete Juruna, mas a criação da Comissão do Índio, transformaram esses espaços institucionais em Brasília (além da Funai) como parte constitutiva do campo político indigenista, como canais e/ou referências políticas importantes para índios e não-índios ligados às questões indígenas, do indigenismo e das frentes de expansão da sociedade nacional.

Mas há muitos problemas para a expressão dos interesses indígenas e indigenistas a nível do Congresso. Desde o "desmontamento" do circuito político de Brasília com relação ao resto do país (questão mais geral), até problemas específicos aos campos políticos dos movimentos indígena e indigenista (fracionamento regional e corporativista dos grupos de apoio e associações profissionais, fracasso das tentativas de articulação a nível nacional, instabilidades do gabinete Juruna e outros). Deputados da oposição estariam até dispostos a aceitar a transformação da Comissão do Índio em Comissão de Direitos Humanos (conforme projeto do deputado Mozarildo Cavalcanti, PDS-RR), como forma de sair do impasse em que a CI está colocada: ofensivos dos interesses anti-indígena, falta de assessoria contínua, falta de quorum permanente das oposições, etc. É preciso lembrar que, na próxima Legislatura a Composição da CI estará sujeita às normas do Regimento Interno da Câmara e, assim sendo, os parlamentares que dela participem não poderão compor outras comissões técnicas (o que não ocorreu até agora pelo fato dela ter sido instalada tardiamente).

Então: (a) Como estabilizar um programa de trabalho permanente e aberto à participação de todos os interessados, sobretudo às comunidades étnicas de nível local e regional, na Comissão do Índio?

- (b) Como alargar os canais de comunicação e participação do movimento indígena e indigenista com o gabinete Juruna e CI?
- (c) Como influir no processo de constituição da próxima CI? Qual as chances da CI ser composta por parlamentares atuantes e interessados nos direitos permanentes dos povos indígenas?
- (d) Qual a avaliação sobre o desempenho e perspectivas do gabinete Juruna? E de outras possíveis candidaturas indígenas (a nível estadual e federal) nas eleições de 1986?
- (e) Quais seriam as funções principais da CI? Qual deveria ser a pauta para 85?
- (f) Como manter um acompanhamento e difusão de informações a respeito dos projetos-de-lei em andamento no Congresso?
- (g) Como coordenar esforços em direção a uma Assembléia Nacional Constituinte, no horizonte?

5. O papel das organizações não-governamentais de apoio, associações profissionais afins, movimentos, entidades de classe e partidos políticos.

Trata-se aqui de caracterizar brevemente uma parte do campo político "indigenista", a nível da sociedade civil, nos últimos anos. Em primeiro lugar, cabe fazer uma divisão do universo mencionado no título dessa seção em duas grandes partes: o campo restrito dos iniciados, "especialistas" e profissionais, vinculados diretamente e, de outra parte, os "simpatizantes à distância".

No primeiro bloco, destaca-se o CIMI (Conselho Indigenista Missionário, fundado em 72 e desde 78, órgão oficial da CNBB) que, a partir de 75, ampliou sua rede de regionais por todo o país e passou a ser uma importante referência política e pastoral para setores das bases missionárias implantadas no interior e em contato direto com as comunidades indígenas. A capilaridade dessa rede, permitiu a reformulação da ação pastoral localizada, a organização e incentivo de reuniões de indígenas e um fluxo de informações que permitiram ao secretariado nacional se transformar num canal permanente de denúncias das condições de vida dos povos indígenas e de cobrança da proteção dos interesses indígenas pelo Estado. Uma série de organizações de caráter regio-

nal surgiram na segunda metade dos anos 70, sobretudo no bojo da luta contra a "falsa emancipação", nucleando profissionais liberais e estudantes, sediadas nas grandes cidades. O estilo de atuação dessas organizações (eventos, difusão da questão indígena para não-índios, documentação, vigilância e denúncia da ação do Estado e assessoria política e material às caravanas étnicas às sedes regionais da Funai ou à Brasília), foi marcado pelo contexto de "resistência democrática" à política indigenista do Regime autoritário. A quase totalidade dessas organizações (que chegaram a somar cerca de 30) contam basicamente com trabalho voluntário, com a cooperação e solidariedade de organizações não-governamentais e governamentais da Europa, EUA e da A.L., têm pouca infraestrutura e, no refluxo da luta contra a "emancipação", várias deixaram de existir ou passaram a funcionar como grupos "latentes". Das que permaneceram, salvo melhor juízo, a CPI-SP tem uma certa expressão nacional, a CPI-AC uma consistência regional na relação com os índios e com a opinião pública. Idem a Anaí-Poa (RS). A Anaí-Ba e o Grequi (MG) são exemplos de grupos "latentes" eficazes. Ainda nesse bloco, o CTI (SP) se constitui numa exceção (que se aproxima em parte de uma das faces do trabalho da CPI-AC), pois coordena uma série de programas de apoio direto a determinadas comunidades indígenas, numa forma de "indigenismo alternativo" que se legitima pela aceitação e co-participação dos índios, com ou sem aval da Funai. As organizações desse primeiro bloco tentaram se articular numa secretaria executiva nacional, com sede em Brasília, mas não lograram um arranjo estável, o que também diminuiu o espaço de relacionamento (para debates e colaborações) de associações profissionais "especializadas" na questão, como a ABA e a (fracassada) SBI. Mais à distância, a OAB nacional.

Mas a chamada "questão indígena" circula na pauta de outras associações profissionais (como a CONAGE), de movimentos (como o ecológico), de entidades de classe (como a CUI) e dos partidos políticos, mais por um esforço antecipado de articulação das organizações de apoio ao índio, do que pela capacidade do movimento indígena.

- Então: (a) Seria importante retomar a perspectiva de articulação desse conjunto a nível nacional? Para que e como?
- (b) Quais os marcos de referência para a relação desse conjunto de apoio com o movimento indígena, a nível local, regional e nacional?

- (c) O que se pensa das relações atuais das organizações não-governamentais de apoio ao índio no Brasil como organismos internacionais de cooperação e solidariedade? Quais as perspectivas?

## 6. O movimento indígena

Não fosse pela menção, no primeiro parágrafo dessa proposta de pauta, de que as questões aqui colocadas se dirigem também a alguns índios, questões sobre o "movimento indígena" poderiam parecer pouco pertinentes. Mesmo assim, não seriam. Valeria uma reflexão mais aprofundada sobre o tema, dada a enorme fragmentação das sociedades indígenas no Brasil de hoje, a hipertrofia do indigenismo (principalmente o oficial, mas também o "alternativo"), sobretudo a nível regional e nacional. Além disso, cabe mencionar, nos níveis apontados, o aparecimento das chamadas lideranças indígenas que procuram seu espaço, sua identidade e sua legitimidade, em constantes conflitos com a base indígena e com a espessa camada do indigenismo.

- Então: (a) Qual a avaliação que se tem (atual e em perspectiva) do movimento indígena, a nível local, regional e nacional?
- (b) O que se entende por "liderança indígena autêntica", por "representatividade indígena legítima"?
- (c) Diante das formas atuais do movimento indígena, nos diferentes níveis mencionados, qual a estratégia de apoio das organizações de não-índios?
- (d) Qual a relação do(s) movimento(s) indígena(s) com a Comissão do Índio, Gabinete Juruna? E com a perspectiva de profissionalização de índios pela Funai?

## 7. Crise e perspectivas da representação política institucional no Brasil.

Considerando a possibilidade da "transição democrática com Tancredo pela via indireta", abre-se proximo um período de 4 anos de governo, cujo arranjo de poder e possibilidades de mudança estarão fortemente condicionados pelos contornos da própria "Aliança Democrática" e da grave crise econômica que o país atravessa.

Nessa hipótese, valeria a pena mapear as propostas de política indigenista que circulam nos grupos que apoiam a candidatura Tancredo

Neves. Aferir quais são suas propostas concretas até o momento e criar possibilidades de se acompanhar de perto a constituição do seu programa "indigenista" e da lógica e jogo de pressões na partilha do poder, uma vez eleito.

Duas questões são muito importantes: como ficará a política indigenista nos planos de reordenamento burocrático do aparelho do Estado? E, por extensão, com a questão da Política Agrária?

Como fazer com que se alarguem os canais e processo de participação dos diversos setores envolvidos na questão, sobretudo que os próprios índios participem das discussões e da aproximação com o programa do candidato, em lugar dos "segredos aos ouvidos do príncipe" murmurados por aqueles que conseguem se aproximar das coordenações de campanha? E se der Maluf?

Carlos A. Ricardo  
p/equipe de edição de  
POVOS INDÍGENAS NO BRASIL.

PARA CORRESPONDÊNCIA:

Caixa Postal 54097  
01296 São Paulo SP  
Brasil

Equipe de edição: Carlos A. Ricardo,  
Dominique Gallois, Fany Ricardo e  
Vincent Carelli.

Arte-final: Mauricio Piza

Conselho Editorial do CEDI: Aloizio  
Mercadante Oliiva, Jether P. Ramalho,  
José Oscar Beozzo, Rubem Alves e  
Zwinglio Mota Dias.

Faint, illegible text on the top left page, possibly bleed-through from the reverse side.

Faint, illegible text on the bottom left page, possibly bleed-through from the reverse side.

Faint, illegible text on the top right page, possibly bleed-through from the reverse side.

Faint, illegible text on the bottom right page, possibly bleed-through from the reverse side.